

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000358-11.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **BRUNO ROGERIO MENDES SPIRONELI**  
 Requerido: **ITAPEVA II MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CRETÓRIOS NÃO PADRONIZADOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS.

**BRUNO ROGERIO MENDES SPIRONELI** ajuizou a presente **AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA c.c INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** com pedido de antecipação de Tutela com medida liminar em face de **ITAPEVA II MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CRETÓRIOS NÃO PADRONIZADOS**, todos devidamente qualificados nos autos, alegando:

Compareceu a uma distribuidora de veículos, pois pretendia obter um financiamento e foi informado que seu nome estava com uma restrição nos órgãos de proteção ao crédito. Ficou constrangido porque já havia escolhido o veículo. Quando foi procurar saber a origem do lançamento de seu nome no Serasa, ficou surpreso, porque não conhecia a empresa, ou seja, a postulada. Alega que nunca teve nenhuma relação jurídica com a ré, portanto, a inserção de seu nome no Serasa é um erro, devendo a requerida ser responsabilizada. Requereu a antecipação de tutela para que a requerida tire a restrição de seu nome e indenização por danos morais. A inicial veio instruída por documentos às fls. 16/21.

Devidamente citada à requerida apresentou contestação alegando preliminarmente ilegitimidade passiva. Ressalta que o débito é referente à ausência de pagamento de cheque especial e tal crédito lhe foi cedido pelo Banco Santander. No mérito alega que o devedor foi devidamente notificado da cessão de crédito, no mais



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

rebateu a inicial. Requereu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 211.

As partes foram instadas a produzir provas às fls. 239, permanecendo inertes.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

A princípio cabe afastar a preliminar de ilegitimidade ativa lançada na defesa, uma vez que o documento de fls. 18 é claro ao apontar que o nome do autor foi lançado nos órgãos de proteção ao crédito pela requerida "ITAPEVA II MULTICARTIERA".

No mérito, a questão debatida deve ser avaliada consoante os ditames do CDC.

**O autor nega ter firmado qualquer negócio com a ré** e esta última não fez prova do contrário. Sustentou que o débito é referente a um débito de cheque especial e que o crédito lhe foi cedido pelo Banco Santander, mas não produziu prova a respeito dessa cessão. O contrato de cessão não foi apresentado.

Em se tratando de "fato negativo" não é dado exigir do autor a demonstração do alegado. O ônus da prova da efetiva contratação, então, incumbia a demandada, até porque, como já dito, aplicáveis ao caso as regras do CDC.

A responsabilidade da postulada, no caso, é objetiva, nos termos do artigo 14 do CDC, que assim dispõe: "O fornecedor de serviços responde, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por **defeitos relativos à prestação dos serviços**, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre a fruição e riscos" (destaquei).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Tal responsabilidade é afastada apenas quando comprovada a existência de uma das eximentes do parágrafo 3º, ou seja, a inexistência do defeito, culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

\*\*\*

O autor é consumidor equiparado (por ficção jurídica) consoante prevê o artigo 17 do CDC, por ter sido vítima de um “acidente de consumo”, definido como todo fato jurídico produzido por um defeito na prestação de serviços e gerador de violação a interesse de terceiros.

Como a responsabilidade da postulada é objetiva, pouco (ou nada) interessa se seus funcionários agiram ou não com culpa na formalização do contrato: o valor cobrado do autor devem ser declarado inexigível.

Já o pleito secundário (danos morais) improcede.

É certo que a restrição discutida ficou no “sistema” de novembro de 2013 a fevereiro de 2014.

Ocorre que o autor registrou outras (várias) negativas contemporâneas e frequenta a “lista” desde 2011, ostentando apontamentos de outros credores em 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

Como prevê a **súmula nº 385 do STJ**: “da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”.

Não pode ser considerado moralmente atingido por um determinado fato, quem já praticou fato de natureza idêntica, ensejando punição semelhante, tal como aconteceu com o autor.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Concluindo: o autor tem direito a exclusão da negativação, mas não faz jus à indenização por menoscabo moral, por força do entendimento sumulado já consignado.

\*\*\*\*

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido para **DECLARAR INEXIGÍVEL** o débito no valor de R\$ 639,80 lançado pela requerida nos órgãos de proteção ao crédito. Oficie-se para a exclusão definitiva em relação débito aqui discutido.

Por outro lado, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito de danos morais.

Diante da sucumbência recíproca as custas serão rateadas pelas partes. Fixo honorários advocatícios ao procurador do autor em R\$ 940,00 e ao procurador da requerida também em R\$ 940,00, observando-se que o autor é beneficiário da justiça gratuita.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e ss do CPC.

P.R.I.

São Carlos, 03 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**